



*Handwritten signature in blue ink.*

## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VN DE MILFONTES**

### **ATA Nº 1/2016**

**Data da sessão ordinária: 28.04.2016**

**Início da 1ª reunião: 21.00 h**

**Fim da reunião: 23.15 h**

**Início da 2ª reunião (continuidade em 03.05.2016): 21.00h**

**Fim da reunião: 23.50 h**

**Membros da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que comparecem à reunião:**

**Presidente: MÁRIO ALBERTO FELICIANO INÁCIO**

**Membros:**

ANTÓNIO MIGUEL BANZA GOMES FRIEZA  
BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA  
EUFÉMIA JOSÉ PARREIRA PEREIRA COSTA  
FRANCISCO ANTÓNIO CAETANO LAMPREIA  
JOSÉ GABRIEL RODRIGUES OPANASHCHUK LOURENÇO  
MANUEL TOMÁSIA DOMINGOS  
MARIA JOSÉ MARTINS GUERREIRO CHAVES  
SUSANA FERREIRA DA SILVA

**Faltas:**

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome: MÁRIO ALBERTO FELICIANO INÁCIO**

**Cargo: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**



*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES

### ATA NÚMERO UM

Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezasseis, teve lugar na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### ORDEM DE TRABALHOS

##### 1- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

##### 2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão de 28 dezembro de 2015;
- b) – Leitura do expediente;
- c) – Apreciação de assuntos de interesse para a Freguesia.

##### 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) – Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artº 9º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, apreciação;
- b) – Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano 2015, apreciação e deliberação;
- c) – 1ª Modificação Orçamental para 2016: - 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, 1ª Revisão ao PPA, 1ª Alteração ao PPA e PPI, apreciação e deliberação;
- d) – Protocolo com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, apreciação e deliberação;
- e) – Protocolo com a Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Brunheiras, apreciação e deliberação;
- f) – Alteração ao Regulamento do Mercado de Vila Nova de Milfontes, apreciação e deliberação;
- g) – Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas da Freguesia de Vila Nova de Milfontes, apreciação e deliberação;

- h) – 1º Aditamento ao Contrato Interadministrativo com o Município de Odemira, apreciação e deliberação.

#### **4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

##### **ABERTURA DA SESSÃO**

Pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, e depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se registado a presença de todos os deputados.

**1– PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** - Registaram-se as seguintes intervenções:

Interveio o Sr. Ventura, elogiando a página na internet da Junta de Freguesia. Informou ainda acerca de um muro na Urb. Pinhal do Moinho que está a ruir, é um caso de segurança pública, e que a Junta deveria contatar o “Gestor” do Condomínio.

Questionou também se está prevista alguma situação sobre a prospeção de petróleo na nossa costa.

Interveio a Sr<sup>a</sup>. Paula Ludovino, informando que as guerrinhas político partidárias devem ser postas de parte, informando da sua preocupação quanto à colocação de uma plataforma de petróleo e da ameaça para a nossa costa, que porá em risco a agricultura e a pesca em Vila Nova de Milfontes, ainda não ouviu o Alentejo, a Câmara Municipal falar sobre este assunto e que seria bom começar aqui por todos nós.

Interveio o Sr. António Anjos, pedindo informações sobre as obras no Largo do Rossio e da entrada de uma carrinha da Junta na obra sem autorização, efectuando um serviço para a loja do lado.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia para que respondesse às questões do público.

A Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta informou o Sr. Ventura, que relativamente à Urb. Pinhal do Moinho ela já tinha falado com o condomínio, pedindo-lhe estes para a Junta reparar/financiar a obra. É um edifício particular e os proprietários do condomínio é que têm a obrigação de reparar o muro, a Junta não pode, assim para não por as pessoas em risco a Junta balizou o muro e deu conhecimento da situação à Câmara Municipal, pensa que esta irá tomar uma medida.

Respondendo à Sr<sup>a</sup> Paula Ludovino, a Sr<sup>a</sup> Presidente disse que é óbvio que esta situação nos preocupa porque basicamente vivemos do turismo, é uma situação grave assim como a situação da agricultura que está a plastificar todo o Concelho.

Relativamente à extração de petróleo foi presente na Assembleia Municipal de 25 de abril uma “moção de censura”, pelo Bloco de Esquerda, amanhã poderá eventualmente aparecer mais alguma coisa na Assembleia Municipal.

Quanto às questões do Sr. António Anjos, a Sr<sup>a</sup> Presidente informou que as obras incomodam muita gente e que aqui no Largo irão começar a colocar a calçada. Relativamente à entrada dos carros na obra, estes sempre que necessário têm entrado desde que peçam autorização aos encarregados. O serviço efetuado para a loja do lado, foi um serviço feito pela Junta, como é costume fazer para qualquer pessoa que o requisiar e pague. O Sr. António referiu-se à loja ao lado pois esta está ligada a uma empresa que é dela e como qualquer cidadão contratou um serviço (recolha de monos ou verdes) e pagou. Sabe que este assunto surgiu no Facebook e até houve quem lhe chamasse criminosa, não sabe qual foi o crime que cometeu, as pessoas não podem dizer aquilo que querem e acusá-la de coisas. É uma pessoa de bem e está nesta Junta para defender a população e servir a comunidade, nada mais. Apresentando o recibo do pagamento do serviço efectuado ao Sr. António Anjos e aos deputados da Assembleia de Freguesia.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado este período de intervenção aberto ao público.

## **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**a)– Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão de 28-12-2015:** - Foi efetuada a leitura da ata da sessão anterior, pelo 1º Secretário da Assembleia, deputada Susana Silva (eleita PPD/PSD.CDS-PP).

Seguidamente a ata foi submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes todos os eleitos da Assembleia.

**b) – Leitura do expediente:** - Registou-se ofício da Junta de Freguesia a solicitar a presente Assembleia.

**c) – Apreciação de assuntos de interesse para a Freguesia:** - Interveio o deputado Sr. Francisco Lampreia (eleito PS), realçando o facto da Sr<sup>a</sup> Presidente assim com o restante executivo Junta estarem a utilizar os seus carros particulares ao serviços da Junta e sobre isto ninguém parece incomodar-se. Relativamente ao assunto do petróleo, acha que deveria sair da Assembleia de Freguesia uma “moção” e que

fosse levada amanhã à Assembleia Municipal, com uma tomada de posição contra qualquer prospeção de petróleo ou gás de xisto nesta costa. Está provado que o gás de xisto contamina os lençóis de água e o petróleo se houver um derrame é muito grave para a vida marinha e turismo desta região. A seu ver houve um procedimento incorreto das Entidades Públicas, fomos mal defendidos pelos deputados que representam o Distrito de Beja, somos poucos, achando importante as populações serem ouvidas antes das concessões e contratos assinados. Assim acha que tem que haver uma tomada pública, é preciso fazer-se ouvir a voz da população e das instituições que a representam, e que se deve fazer uma “moção” para ser apresentada na Câmara e Assembleia Municipal e em todos os órgãos de comunicação.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou o deputado Francisco Lampreia (eleito PS) se a proposta da moção é dirigida à Assembleia de Freguesia, ao que este respondeu afirmativamente.

Interveio o deputado Sr. José Gabriel Lourenço (eleito PPD/PSD.CDS-PP), lendo o documento que se transcreve na íntegra:

“Exmº Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes

Após as eleições Autárquicas de 2013, tendo em consideração os resultados eleitorais, depois da primeira tentativa da instalação do executivo, propus e foi aceite, a constituição de um executivo tripartido (PS, PSD e CDU) e o Presidente da Mesa da Assembleia independente.

Considere, que era a melhor solução política para a freguesia e população, uma vez que democraticamente estavam representadas as três forças partidárias, sendo o independente Presidente da Assembleia era o garante do funcionamento institucional. Cedo se percebeu, que o executivo não funcionava em função da representação democrática, mas em função da prepotência e arrogância da Senhora Presidente de Junta. O relacionamento institucional entre o executivo e a assembleia nunca existiu, ignorando a Senhora Presidente a existência e as competências da Assembleia em muitas matérias, ignorando até o próprio Presidente da Assembleia de Freguesia.

Cedo percebi, que as principais motivações da Senhora Presidente, eram e são as suas actividades empresariais, a política era e é só para protagonismo e juntar o útil ao agradável; a população e a freguesia não eram, nem são, preocupações que lhe tirem o sono.

1º - Considerando, que na primeira tentativa de benefício próprio, a Senhora Presidente pretendia autorizar um concessionário de uma loja do Mercado da

Freguesia, voltar a cozer pão na referida loja, sendo o mesmo seu familiar e sócio; valeu o parecer desfavorável do Senhor Secretário da Junta.

2º - Considerando, que a Senhora Presidente negou três vezes em Assembleia de Freguesia, que tivesse comprado pão a um familiar e sócio seu, dizendo que o mesmo tinha sido oferecido, de facto o mesmo foi comprado e pago com um cheque da Junta de Freguesia, assinado pela Senhora Presidente e pelo Senhor Secretário.

3º - Considerando, que os requerimentos por mim apresentados em Assembleia de Freguesia através do Senhor Presidente da Assembleia, uns nunca obtiveram resposta e outros obtiveram resposta da Senhora Presidente da Junta, passados já alguns meses.

4º - Considerando, que as actas do executivo só me foram facultadas, após a minha declaração de participação ao Ministério Público.

5º - Considerando, que a Senhora Presidente vendeu desnecessariamente o autocarro por um preço irrisório, prejudicando os interesses da Junta de Freguesia e todas as actividades e funções, sejam elas: - Desportiva, Recreativa, Cultural e Social.

6º - Considerando, que a Senhora Presidente da Junta no exercício do cargo, confunde este com as múltiplas actividades empresariais desenvolvidas, exemplo disso é a exclusividade de publicidade de determinada entidade desportiva, com a CasAzul propriedade da Senhora Presidente, sendo o cônjuge dirigente/tesoureiro da desportiva.

7º - Considerando, que a Senhora Presidente da Junta não submeteu a esta Assembleia, qualquer proposta de regulamento para atribuição de subsídios e/ou apoios financeiros, os até esta data não constam das actas das reuniões do executivo, pelo que os critérios da Senhora Presidente enfermam de discricionariedade e ilegalidade, porque lhe permitiram atribuir um apoio financeiro a uma entidade em que o conjugue é o tesoureiro.

8º - Considerando, que o mercado das Brunheiras está uma total anarquia, sendo a única responsável a Senhora Presidente da Junta.

9º - Considerando, que a Senhora Presidente pretende transferir o mercado da horta frente à Casa do Benfica, para a "Praça", indo criar conflitos desnecessários, trás agora à Assembleia proposta de alteração do regulamento, sem ter ouvido previamente a Assembleia.

10º - Considerando, que a Senhora Presidente nunca viu na Loja Social uma prioridade, está praticamente desactivada, com grandes prejuízos para muitas famílias da freguesia.

11º - Considerando, que a Senhora Presidente negociou com o proprietário da Cerca da Vitória, a construção de balneários públicos sem prévio conhecimento a esta Assembleia, é irresponsável e de duvidoso interesse público, um 1º piso com uma instalação sanitária com a área de 4 m2 e uma sala com mais de 40m2.

12º - Considerando, que em 8 de outubro de 2015 publiquei no face uma análise à Assembleia de Freguesia realizada no dia 29 de Setembro de 2015 no Centro Social das Brunheiras, em que teci algumas considerações à situação financeira da Junta de Freguesia responsabilizando a Senhora Presidente. A resposta no face foi imediata, a Senhora Presidente apesar de estar na Madeira, através de um pseudónimo criado no face, a Senhora Presidente insultou-me, escreveu sobre a minha vida privada, do meu exercício como autarca e envolveu familiares meus com objectivos difamatórios!

13º - Considerando, que no dia 22 de Abril desloquei-me à sede da Junta para levantar a documentação para a Assembleia, não havia as actas do executivo. Dia 26 de Abril pela manhã, a mesma resposta (a documentação não está pronta), dia 27 de manhã, telefona a Senhora Presidente: - “A documentação está pronta, vem busca-la ou quer que a vá levar”.

Chega! Basta! Reservo-me ao direito de outros procedimentos.

Exmº Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes

Atento à Lei 73/2013 de 03/09 e à Lei 75/2013 de 12/09, nos termos do nº 2 do artigo 76º da Lei 169/99 de 18/9 e do nº1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, apresento a Vª Exª a renúncia ao mandato de membro desta Assembleia de Freguesia, eleito pela lista do PPD/PSD.CDS-PP.

Vila Nova de Milfontes, 28 de Abril de 2016

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço.”

Após a leitura do documento o deputado Sr. José Gabriel Lourenço (eleito PPD/PSD.CDS-PP) entregou o mesmo ao Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que produz efeitos imediatos, pelo que se retira da Assembleia.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que o documento entregue não é objeto para discussão, que irá tomar as medidas necessárias para a substituição do Sr. deputado José Gabriel Lourenço, que perante a renúncia ao respetivo cargo será contactado o elemento imediatamente a seguir da lista.

Interveio a deputada Sr<sup>a</sup> Susana Silva (eleita PPD/PSD.CDS-PP), dizendo que o Mercado das Brunheiras está cada vez mais confuso e desorganizado, questionou também sobre o pagamento do terrado, e mostrou o seu receio de envolvimento direta com os feirantes, achando que deveria ser acionado um mecanismo de apoio, neste caso a GNR que é obrigada a acompanhar, porque é uma questão de ordem pública.

Disse ainda, referindo-se à documentação da Assembleia de Freguesia, que esta só lhe foi entregue ao final do dia de ontem, não conseguindo ler tudo, apenas 2 ou 3 documentos, vai reprovar tudo e não sabe quais as consequências.

Interveio o Sr Presidente da Assembleia, dizendo que não pode deixar de referir, até porque a legislação não o permite, que a documentação chegue 24 horas antes da reunião e que espera uma explicação plausível da Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta. À semelhança da deputada Susana Silva (eleita PPD/PSD.CDS-PP), também ele não teve oportunidade de ler os documentos que são bastantes, como tal não poderá tomar uma posição de aprovação.

O Sr. Presidente da Assembleia, referiu ainda alguns assuntos pertinentes da Freguesia como:

- Cais, passou por lá e viu que as casinhas “arrumos” estão completamente abandonadas, são em madeira e deviam ser tratadas. Quando foram construídas foram concessionadas aos Pescadores Profissionais, neste momento já não existe nenhum, gostaria de uma explicação sobre esta situação.

- Canal, teve uma conversa com o Sr. António Jorge que também não teve explicações para lhe dar sobre o que acontece no Canal.

- Cabine de Leitura, está contente e ansioso para que venha e seja colocada.

- Abrigos de passageiros, já se pronunciou sobre eles, mas o das Malhadinhas gostava que lhe explicassem, pois acha que não é funcional, está em cima da curva e mal posicionado.

- Viaturas da Junta, já houve viaturas da Junta como a “Ford Galaxy” que era de passageiros, agora os únicos carros que a Junta tem são de carga e não vê o executivo a andar neles, é um assunto a ser resolvido pela Sr<sup>a</sup> Presidente.

- Relativamente à “Moção” proposta pelo deputado Sr. Francisco Lampreia (eleito PS), acha que sim e está completamente de acordo. É totalmente contra a exploração de petróleo e contra a forma como se está a utilizar a agricultura intensiva. As explorações agrícolas lançam os pesticidas para o rio que matam toda a fauna

marinha, e tem relatos de um pescador da nossa zona que disse que muitas vezes o pescado vindo nas redes já vem deteriorado.

Relativamente à prospeção de petróleo, esta tem riscos, já temos Sines relativamente perto, que é uma bomba relógio e não nos garante um futuro muito risonho. Concorde plenamente que a Assembleia de Freguesia tome uma posição e apresente amanhã na Assembleia Municipal uma “Moção”, que terá que ser discutida pelo Executivo da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia.

- Relativamente à entrega dos documentos, deixa uma recomendação ao executivo da Junta, existem normas/regras que são bem claras na legislação sobre a entrega da documentação, nomeadamente a documentação informativa que deve chegar cinco dias antes à mão do Presidente da Assembleia e isso não tem acontecido, a outra documentação ainda é mais grave, tratando-se de assuntos pertinentes como contabilidade (que temos que discutir), protocolos, situações em que gosta de se dirigir aos principais beneficiários/intervenientes e discutir, o Regulamento do Mercado era bom que se ouvissem as pessoas, saber se estão interessadas, e a partir daí se aprove ou se faça as alterações necessárias.

Interveio o deputado Sr. Bruno Cabecinha (eleito PPD/PSD.CDS-PP), propondo que se deveria suspender os trabalhos do “ponto 3” e agendar nova Assembleia de Freguesia para a semana, para que todos possam analisar os documentos.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que aceita a proposta do deputado Bruno Cabecinha (eleito PPD/PSD.CDS-PP). Pensa ser a melhor solução suspenderem-se os trabalhos, podendo-se avançar com a “2ª Intervenção Aberta ao Público” e deixar-se em suspenso o “Ponto 3”, convocando-se uma nova Assembleia de forma a que se possa analisar toda a documentação.

Interveio o deputado Francisco Lampreia (eleito PS) dizendo que concorda com o deputado Bruno Cabecinha (eleito PPD/PSD.CDS-PP) não vendo problema em que se suspendam os trabalhos e se continue a reunião na próxima semana. Presume também que o executivo da Junta deva ter falado com as pessoas da Praça e do Mercadinho da Horta, acerca da proposta para a mudança de local, não está a ver o executivo fazer uma proposta sem ter ouvido as pessoas.

Interveio a deputada Maria José Chaves (eleita CDU), dizendo que a sua opinião também é a mesma, suspender os trabalhos, achando que para votar em consciência precisa de analisar e isto não foi feito, pois não houve tempo.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, informando que não vai haver convocatória por escrito, e que esta sessão da Assembleia de Freguesia vai ter continuidade no dia 03 de maio, à mesma hora.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta, respondendo às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Assembleia (eleito pelo Grupo de Cidadãos Independentes), disse que relativamente às casinhas do Cais esteve mais de um mês um edital, afixado no local e na Junta, da APA, para concurso a estas e ninguém se mostrou interessado. Já temos o site da Junta a funcionar sendo este também uma forma de informação, as pessoas queixam-se mas não vêm ler o que está afixado. As casinhas estão deterioradas, ainda há quem as utilize, inicialmente foram entregues aos Pescadores pois não haviam as casinhas no Canal. Entretanto as pessoas foram-se reformando continuando a utilizar as casinhas para guardar o motor, bóias, etc. e tomaram conta delas mesmo sem atividade da pesca. Está a acontecer o mesmo no Canal, já houve reuniões em que foram referidas várias situações com os Pescadores.

Quanto ao gasóleo verde no Canal, estão sem combustível, já está uma bomba nova, mas tem sido difícil arranjar fornecedor, acha que as coisas estão mais ou menos faladas e que se vai resolver a situação.

Relativamente ao óleo do canal, há uma má utilização deste pelos pescadores/utilizadores, pede-se para depositarem o óleo lá dentro mas estes insistem em colocar as bilhas no chão, sujando toda a zona envolvente e originando o escorrimento do óleo para a poça.

Recursos humanos, a Junta de Freguesia está com falta de pessoas para trabalhar, não tem pessoas disponíveis, não pode contratar, o IEFP está muito demorado na realização dos projectos ocupacionais e reduziu o tempo destes, a situação está complicada e contratar serviços não é barato.

A cabine de leitura, estamos à espera a toda a hora e é para ser colocada junto ao Posto de Turismo.

Relativamente ao Mercado/Mercadinho da Horta, é obvio que o executivo não ia tomar uma posição sem falar com as pessoas que vendem no Mercado (praça) e as do Mercadinho da Horta. A questão é que foi comunicada uma situação e as pessoas ficaram aflitas, a GNR foi lá, como toda a gente sabe aquele “Mercadinho” não é uma situação regularizada, ele surgiu e tem funcionado até aos dias de hoje, a GNR falou com ela questionando-a acerca daquela situação e ficou acordado que não iriam fazer nada até a Presidente falar com as pessoas e estas tentarem resolver a situação.

Por sua vez ela reuniu primeiro com as pessoas que vendem na Praça para explicar a situação e saber o que eles achavam, onde lhe disseram não haver inconveniente. Depois reuniu com as pessoas do Mercadinho da Horta, explicando-lhes a situação, propondo-se a ajudar, e que não podia regulamentar o Mercadinho naquele espaço (junto à Casa do Benfica), pois ali não tem competência para o fazer, mas que junto à Praça já o poderia fazer, disse ainda que apenas os pequenos produtores poderiam vender junto da praça. Houve pessoas que não se importaram de mudar não vendo qualquer inconveniente.

O “Mercadinho da Horta” junto à Praça é para funcionar nos mesmos moldes, ou seja aos domingos de manhã. Para além disso e na sequência de vários pedidos, o executivo também decidiu incluir nesse regulamento a venda de velharias e artesanato, que passaria também a ser junto à Praça realizando-se ao sábado de manhã. Podendo também a Praça ganhar mais dinâmica e mais oferta para além do já tem. Tudo isto foi feito pela necessidade e não porque nos lembrámos de mudar o “Mercadinho”, se quiserem a sua ajuda ela ajudará, pois está aqui para ajudar a comunidade.

Interveio o Sr. Secretário da Junta, dizendo que em relação às casinhas do Cais, queria acrescentar que foi este executivo que preocupado com a degradação destas, levantou a questão e demonstrou a sua preocupação junto da APA e da Capitania, para que alguma coisa fosse feita. Tivemos a ajuda da Capitania, pelo Sr. Comandante que nos ajudou bastante para que a APA tomasse uma decisão, o resto já foi referido pela Sr<sup>a</sup> Presidente, houve um edital e ninguém concorreu.

Em relação à prospeção de petróleo quer dizer que a Junta de Freguesia pertence a uma Associação, que é a “Associação de Freguesias do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”, onde já demostrámos e tomámos uma posição em relação às estufas, irá ser elaborado um documento a ser entregue no Município e Ministério do Ambiente a demonstrar a nossa indignação. Em relação ao petróleo, essa Associação vai reunir no dia 27 de maio, onde vamos demonstrar e fazer chegar a preocupação da população e da tomada de posição desta Assembleia de Freguesia.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, referindo mais uma vez que o ponto 3 – Período da Ordem do Dia, da Ordem de Trabalhos desta Assembleia fica suspenso e que terá continuidade no dia 3 de maio pelas 20.30 h, passando seguidamente à segunda intervenção aberta ao público e chamou à atenção que na próxima Assembleia não irá haver “Período de Intervenção Aberto ao Público”.

**4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** - Interveio a Sr<sup>a</sup> Maria Conceição Vaz, dizendo que relativamente à “Feirinha da Horta”, concorda com a tomada de posição da Junta de Freguesia, pois há pessoas que vêm do Almogrove vender ali peixe, a “Feirinha” era um local onde as pessoas vinham vender os seus produtos, agora há pessoas que compram no supermercado para venderem ali, está completamente descaracterizada.

Deixou também um alerta ao executivo da Junta, para a situação do cemitério do Galeado, na sua opinião não deveriam ser vendidas mais campas rasas e se deveria investir e fazer mais nichos, pois se não o fizerem corremos o risco que daqui a um tempo (ano e meio) não haja mais espaço físico para colocarmos os nossos defuntos.

Interveio o Sr. António Anjos, dizendo que acha estranho as pessoas do “Mercadinho da Horta” terem dito que sim à mudança de local.

Relativamente à viatura da Junta, disse que quer ver a requisição do serviço e quem assinou, o recibo para ele não quer dizer nada, a Sr<sup>a</sup> Presidente estava a fazer um serviço para si e qualquer pessoa pode desconfiar.

Interveio o Sr. Paulo Anselmo, dizendo que relativamente à “Feirinha da Horta” sabe o que se passa por lá e ele próprio acha necessário regulamentar aquela situação e venderem apenas os pequenos produtores. Acha também que no parque de estacionamento da Praça deveria ser colocada uma cancela, ser criado um tempo e ao fim desse tempo o estacionamento ser pago, porque no verão os utentes do Parque de Campismo deixam ali os seus carros (durante o período de férias) sendo impossível chegar-se junto da Praça, prejudicando quem lá vende e quem vai buscar coisas em quantidade.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia, respondendo às questões colocadas.

Relativamente ao cemitério do Galeado, estão-se a proceder aos levantamentos dos anos de 2002 e 2003, para além das sepulturas vagas há muitos corpos para levantar, mas certamente que temos que ter atenção. Este executivo deixou de vender o terreno a quem não tivesse lá corpos, apenas vende quando morre uma pessoa e a família quer comprar a sepultura do seu familiar. Por enquanto funcionamos assim mas se verem o espaço ficar muito reduzido param com a venda.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Maria Conceição Vaz, dizendo ainda que a parte junto da casa mortuária se encontra muito degradada, achando que deveria haver ali uma

intervenção. A Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta concordou, dizendo que também na capela era necessária.

A Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta continuou, e relativamente ao Sr. António Anjos disse que já tinha respondido e que não havia mais nada a dizer.

Quanto à proposta do Sr. Paulo Anselmo, disse que o sistema de estacionamento era uma boa ideia, mas que a situação tinha que ser analisada.

Interveio o deputado Sr. Francisco Lampreia (eleito PS), sugerindo que relativamente ao estacionamento no Mercado se colocasse aí um parquímetro e quem estacionasse teria de pagar, sendo também uma fonte de receita para a Junta.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta, dizendo que para isso tinha que haver uma pessoa a fiscalizar, é uma boa sugestão e pode ser estudada.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que é complicada a questão dos parquímetros. Quanto ao cemitério do Galeado o espaço físico está a diminuir e há que evitar a venda das sepulturas, existe um ossário onde se calhar a maior parte está vazia e não temos mais por onde expandir o cemitério.

### **ENCERRAMENTO DA 1ª REUNIÃO**

O Sr. Presidente da Assembleia, agradeceu ao público a sua presença e deu por encerrada esta reunião da Assembleia de Freguesia, eram vinte e três horas e quinze minutos.

### **2ª REUNIÃO (CONTINUIDADE)**

Aos três dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, teve início a segunda reunião da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a presença de oito deputados.

O Sr. Presidente da Assembleia, a pedido da Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta, informou a Assembleia que, a Sr<sup>a</sup> Presidente recebeu uma documentação que deve ser entregue na Câmara o mais rápido possível, solicitando a inclusão de mais uma alínea na “Ordem do Dia”, pedindo seguidamente à Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta que explicasse que documentação era essa.

A Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta explicou que a documentação não é novidade, e que se tratava do Projeto dos Antigos Lavadouros. O projeto tinha chegado à Junta na segunda feira e só agora pôde solicitar a inclusão deste ponto, para a análise e aprovação do projeto.

O Sr. Presidente da Assembleia, não concordando fazer a aprovação de um projeto que não conhece, questiona todos os membros da Assembleia de Freguesia sobre a inclusão desta alínea com o objetivo de discutir e analisar e aprovar? Ou, só de discutir e analisar? Sendo a resposta da maioria dos membros, só discutir e analisar.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta dizendo que talvez seja melhor marcar-se uma reunião extraordinária para discutir este assunto. O projeto é um trabalho que foi oferecido, o esboço já foi apresentado anteriormente, e agora está aqui na sua totalidade.

O Sr. Presidente da Assembleia aguarda a solicitação por escrito para a realização da Assembleia Extraordinária, para a discussão e aprovação do Projeto dos Antigos Lavadouros.

### **3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**a) – Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artº 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apreciação:** - Foi presente relatório de atividades da Junta de Freguesia, correspondente ao período transato, tendo a Assembleia de Freguesia tomado o devido conhecimento, e o qual fica arquivado no maço de documentos respeitantes à presente ata.

**b) – Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2015, apreciação e deliberação:** - Procedeu-se à apreciação do Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas, elaborados nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL).

Depois de analisados os referidos documentos e prestados os devidos esclarecimentos, foram submetidos a votação tendo sido aprovados, por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

**c)- 1ª Modificação Orçamental para 2016: - 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, 1ª Revisão ao PPA, 1ª Alteração ao PPA e PPI, apreciação e deliberação:** - Foi presente a Primeira Modificação Orçamental para o ano de 2016, que é constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, que importa na quantia de 121.987,00 € em reforços; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, que importa na quantia de 121.987,00 €; 1ª Alteração ao PPI que importa na quantia de 41.817,00 € em reforços; 1ª Alteração ao PPA que importa na quantia de 5.500,00 € em reforços e pela 1ª Revisão ao PPA que importa na quantia de 14.000,00 € em reforços.

Depois de analisada e discutida foi a 1ª Modificação Orçamental para 2016, submetida a votação, sendo aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

**d) – Protocolo com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, apreciação e deliberação:** - Interveio o Sr. Presidente da Assembleia dizendo que verificou numa ata da Junta que o Sr. Secretário da Junta votou contra e considerava que a Junta tinha capacidade para fazer a limpeza/manutenção do campo de futebol, assim gostaria que a Srª Presidente justificasse a necessidade deste protocolo.

A Srª Presidente da Junta respondeu que, a Junta cada vez tem menos pessoas a trabalhar, aproxima-se também a época balnear, e por isso acha não ter capacidade de resposta.

O Sr. Presidente da Assembleia questiona o Sr. Secretário da Junta sobre as razões que levaram este a votar contra o Protocolo.

O Sr. Secretário da Junta respondeu, que por enquanto ainda haviam capacidades, que o campo de futebol pode precisar, mas contratar uma pessoa a tempo inteiro faz mais falta à Junta, pensando que se deveria repartir essa pessoa uma semana no campo de futebol e os restantes dias na Junta de Freguesia.

A Srª Presidente da Junta disse ainda, que 700,00 € não dá para as despesas de contratar uma pessoa a tempo inteiro, nem com ordenado mínimo.

O Sr. Tesoureiro da Junta acrescentou que no campo de Futebol também há muros para pintar, redes para consertar, achando que uma pessoa ali permanente pode manter o espaço mais limpo e conservado. Este clube também envolve um grande número de atletas havendo sempre muitas tarefas a fazer.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, concordando com a sugestão do Sr. Secretário da Junta de rentabilizar o funcionário, prestando serviços no Clube e a Junta.

Interveio o deputado Sr. António Frieza (eleito PS), esclarecendo que não faz falta limpar ervas e lixo só uma vez por semana, são necessárias as condições mínimas de higiene, há muitas atividades, o sintético precisa de manutenção, há muito trabalho a fazer e o interesse do Clube é fazer mais para quem pratica e utiliza o campo. O valor fica aquém do que deveria ser, mas é importante e vital para o Clube. Quem ali pratica desporto merece ter condições.

Interveio o deputado Sr. Francisco Lampreia (eleito PS), dizendo que tira o chapéu a estas causas, sem interesses, tirar tempo da família para os outros, pessoas

que se dedicam, tendo a certeza que não pedem o dinheiro só por lhes apetecer, mas porque necessitam dele e no seu ver deve-se apoiar o Clube.

Interveio a deputada Sr<sup>a</sup> Susana Silva (eleita PPD/PSD.CDS-PP), dizendo que o dinheiro da Junta não é para amealhar é para gastar.

O deputado Sr. Francisco Lampreia (eleito PS), respondeu que a Junta tem que ter algum dinheiro para se poder candidatar ao “Portugal 2020”. Disse também, visto a Junta não poder contratar, para se alargar estes Protocolos e assim arranjar pessoal para trabalhar.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta, explicando que para além Protocolo com o Clube, também temos o da Associação das Brunheiras que também é nesse sentido. Se até junho não resolvermos minimamente a questão do pessoal, teremos que tomar uma posição ou com Protocolos, ou contratação de serviços. Para a limpeza do jardim a Junta contratou uma empresa.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que mesmo uma empresa não vai dar conta da limpeza daquele jardim, acharam que este não deveria ser fechado, há sempre ali muitos animais e todos os dias novos dejetos na relva e flores, onde depois brincam as nossas crianças.

Relativamente ao Clube, disse ser importante que a pessoa a contratar fosse uma pessoa com capacidades para fazer a manutenção e trabalho. Referiu ainda a degradação do “ringue”, a necessidade da reparação da rede, da sua manutenção. Questionou ainda o 2º Secretário (que faz parte da Direcção do Clube), se os pais das crianças que ali praticam desporto não pagam alguma verba ao Clube? A que o 2º Secretário respondeu que sim e apenas aqueles que podem.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que é bom saber que os pais das crianças que ali praticam desporto, pagam para as suas crianças andarem ali, estando de acordo com isso. Referiu ainda que os dezoito mil euros que a Junta recebe não são só para a manutenção das áreas desportivas, também incluem transportes e pagamento ao motorista (aquando das deslocações).

Interveio a deputada Sr<sup>a</sup> Susana Silva (eleita PPD/PSD.CDS-PP), questionando se não há justificação para o dinheiro gasto e se há uma obrigatoriedade para aquele propósito? Se a Junta recebe dezoito mil euros era bom ver o ringue arranjado e que o pavilhão dos Alagoachos funcionasse a 100%.

A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Junta respondeu que o dinheiro vem destinado a determinado equipamento, num só bolo, a Junta tem que cumprir aquela competência,

havendo certas rubricas onde se gasta mais que outras. Mas o problema da Junta são os recursos humanos, havendo recursos financeiros e estar vedados à contratação.

Interveio o deputado Sr. Bruno Cabecinha (eleito PPD/PSD.CDS-PP), dizendo que o Clube deixou de ser o que era, hoje é um orgulho para a Vila, representando toda a Vila dentro e fora do Concelho e que merece toda a atenção. É um Clube grande, movimentando duzentos atletas, é importante que estas crianças pratiquem desporto e adquiram valores, não achando a verba nada de extraordinária.

Relativamente às verbas, se estas não têm que ser gastas na rubrica a que se destinam? Se o dinheiro chega cá para manutenção do Clube, não pode ser gasto noutra coisa, as verbas têm que ser gastas para o fim a que se destinam.

Terminou dizendo que é um grande orgulho a dimensão que o Clube tem, que espera que este cresça de uma forma sustentável, com pessoas que servem o Clube e não com pessoas que se servem do Clube. O Clube faz parte de todos nós e dignifica os habitantes de Vila Nova de Milfontes.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que se há verbas para serem gastas nos equipamentos desportivos, porque razão vemos o “ringue” completamente estragado e abandonado? E se a competência não for da Junta há que pressionar a Câmara.

Interveio o deputado Sr. António Frieza (eleito PS), informando que o executivo do Município conhece os números dos atletas do Clube, tiveram oportunidade de os ver a treinar, as dificuldades são enormes, o espaço não é suficiente, a nossa população está a crescer e a sugestão que fez ao executivo do Município foi para que se colocasse naquele “ringue” um tapete sintético, que a rede fosse substituída por uma de nylon e que a Junta ou o Clube ficasse com a gestão do espaço, e que este pudesse ser utilizado para treinar os nossos miúdos e também aberto à população, com qualidade e dignidade.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que está aprovado há anos, em PDM, um complexo desportivo para Vila Nova de Milfontes, pensa que todos deveríamos fazer força/pressão para que esse complexo se tornasse uma realidade.

Interveio o deputado Sr. Manuel Tomásia Domingos (eleito CDU), dizendo que está de acordo com o Protocolo, achando a verba pouca para o peso que o Clube tem na Freguesia.

Não havendo mais intervenções foi o Protocolo com o Clube Desportivo Praia de Milfontes submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

**e)– Protocolo com a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Brunheiras, apreciação e deliberação:** - Depois e apreciado foi o referido Protocolo, submetido a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

**f)– Alteração ao Regulamento do Mercado de Vila Nova de Milfontes, apreciação e deliberação:** - Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta explicando o porquê desta alteração ao regulamento do Mercado (praça), que veio na sequência da intervenção feita pela GNR, no chamado “Mercadinho da Horta”, onde aconselharam as pessoas a virem à Junta para regularizarem a situação.

A Junta foi também chamada à atenção, pela GNR, e o que esta poderia fazer para ajudar seria arranjar um espaço e regulamentá-lo como um mercado de produtores. O “Mercadinho” está num espaço público, e como tal ali a Junta não tem competência para regulamentar, assim pensámos no espaço envolvente à praça onde já o poderíamos fazer. Primeiro reuniu com os concessionários da Praça, onde explicou o que estava acontecer, e todos os concessionários concordaram na realização do “Mercadinho” junto à Praça. Depois reuniu com as pessoas do “Mercadinho da Horta”, onde disse tentaria resolver a situação da melhor maneira, mas que alguns iriam ser excluídos (pois seria só pequenos produtores).

Houve também pessoas que mostraram interesse e que vendem velharias e artesanato, assim o executivo da Junta pensou também em englobá-los no regulamento, ficando regulamentadas as duas situações. O Mercadinho da Horta seria realizado aos domingos de manhã e o Mercadinho de Velharias e Artesanato seria realizado aos sábados de manhã.

As outras alterações são pequenas retificações, retiraram-se coisas que não estavam a ser utilizadas e acrescentaram-se outras, como algumas taxas.

Interveio o deputado Sr. Manuel Tomásia Domingos (eleito CDU), sugerindo a realização do Mercadinho da Horta no dia do encerramento da Praça.

Interveio a deputada Sr<sup>a</sup> Maria José Chaves (eleita CDU), dizendo que concorda com as taxas, mas não com a mudança de lugar do Mercadinho da Horta. Aquele espaço foi escolhido para o produtor vender, achando que tem dado frutos ao longo dos seis anos que é realizado, gosta e acha que se devem reunir esforços e primar

para se manter o genuíno e não para banaliza-lo. Vem uma autoridade dizer que ali não há condições higiénico-sanitárias, mas é o que acontece em qualquer feira. Pensaram que à entrada da Praça vendem o produto biológico e que deixarão de ir comprar lá dentro? Acha que devem ser criadas condições e deixar o “Mercadinho” onde está, é a sua opinião e por isso votará contra.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia, dizendo que de informações tiradas junto das pessoas, as do “Mercadinho da Horta” a maioria declarou-se contra a saída do local onde este se realiza, achando que irá haver confrontos com as pessoas que vendem na Praça; as da “Praça” disseram também que têm medo dos confrontos e que sejam prejudicados no negócio. Pediu a uma pessoa do “Mercadinho da Horta” que arranjasse um documento assinado por todos, onde dissesse que não queriam sair daquele local, e o documento foi assinado por dezasseis pessoas. Perante esta situação não pode aprovar a alteração ao regulamento. Pensa que se deva exercer uma certa fiscalização ao “Mercadinho”, este é genuíno, é para os agricultores venderem os excedentes do que produzem, não houve até aqui regulamento, a Câmara deve ser envolvida por este ser realizado num espaço público e que o Mercadinho deve continuar a realizar-se ali.

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta, dizendo que na reunião estiveram vinte e cinco pessoas, mas um terço dessas pessoas são doutras Freguesias e não podem vender nem ali nem nos Mercados os produtos que ali vendem, ex: animais mortos no local ou que vêm em geleiras, ovos caseiros, pão e bolos feitos em casa, e se calhar só vinte por cento são os produtores hortícolas. Falou com uns e outros quando lhe bateram à porta, disse o que as suas competências lhe permitiriam fazer, a solução que é possível dentro da lei não vai satisfazer todas as pessoas e a Junta apenas tentou resolver o problema das pessoas.

O deputado Sr. Francisco Lampreia (eleito PS), questionou a Sr<sup>a</sup> Presidente da Junta se alguém ameaçou as pessoas que estão no Mercadinho. A que a Sr<sup>a</sup> Presidente respondeu que o que sabe foi que a GNR foi ao local e pediu documentação em como podiam estar ali.

Interveio o Sr. Tesoureiro da Junta, dizendo que o que despoletou esta situação foi o “Mercadinho” ter perdido as características para o que foi criado e que enquanto funcionou com as pessoas da terra a vender os seus produtos não houve problemas.

O deputado Sr. Bruno Cabecinha (eleito PPD/PSD.CDS-PP), explicou que dentro dos requisitos legais a alternativa seria um espaço público da Junta e onde existissem sanitários.

Não havendo mais intervenções foi a “Alteração ao Regulamento do Mercado de Vila Nova de Milfontes”, submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria, com 6 votos a favor e 2 votos contra, dos deputados Mário Feliciano Inácio (Grupo de Cidadãos Independentes) e Maria José Chaves (CDU), quando estavam presentes oito deputados.

**g)– Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas da Freguesia de Vila Nova de Milfontes, apreciação e deliberação:** - Foi presente a referida alteração que depois de discutida foi submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria, com 7 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Mário Feliciano Inácio (Grupo de Cidadãos Independentes), quando estavam presente oito deputados.

**h)– 1º Aditamento ao Contrato Interadministrativo com o Município de Odemira, apreciação e deliberação:** - Foi presente o 1º Aditamento ao Contrato Interadministrativo, que concretiza a delegação na Junta de Freguesia de competências do Município de Odemira ao qual é acrescido um novo equipamento “jardim público”. Depois de apreciado foi o referido documento submetido a votação tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

Foi elaborado documento a ser apresentado na Assembleia Municipal que a seguir se transcreve na íntegra:

**“Moção conjunta do Executivo e Assembleia da Freguesia de Vila Nova de Milfontes**

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Odemira,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira,

A Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e o respetivo Executivo manifestam a sua total oposição e repúdio à exploração de petróleo e de gás de xisto, no Litoral Alentejano, pelo facto de constituírem uma ameaça para o território e para o bem-estar, social e económico, das populações residentes e dos turistas que nos visitam (que constituem a base principal da economia local). A ameaça de poluição provocada pela exploração destes combustíveis fósseis, bem como o impacto da instalação destas

explorações na procura turística do território, são fatores determinantes para a posição tomada nesta moção.

É também de realçar o facto das populações afetadas não terem sido ouvidas antes da atribuição dos alvarás de prospeção e exploração destas atividades, o que consideramos inaceitável dado os possíveis impactos. Acrescentando ainda o facto desta situação ser contraditória com todas as ações e investimento na divulgação turística desta área a nível nacional e internacional, aniquilando todos os efeitos positivos dali decorrentes, designadamente a consolidação do Alentejo e Algarve como destino de eleição do turismo de natureza.

Estamos e estaremos ao lado das populações nesta luta e em circunstância alguma aceitaremos esta imposição do Governo Central.

Vila Nova de Milfontes, 28 de abril de 2016

A Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes”

#### **MINUTA DA ATA**

Nos termos do artigo 57º (quinquagésimo sétimo), da lei número 72/2013, de 12 de setembro, foram aprovadas em minuta todas as deliberações tomadas, para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade.

#### **ENCERRAMENTO DA 2ª REUNIÃO**

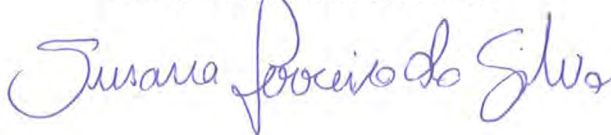
Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta minutos.

De tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que nos termos da lei vai ser devidamente assinada pelo Presidente e Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



R

O SEGUNDO SECRETÁRIO

pe Ml Bz 2- 4